

RESENHAS

LA ASIGNACION DE RECURSOS ECONOMICOS EN LA EDUCACION PUBLICA EN MEXICO: UN PROCESO TECNICO EN UN CONTEXTO POLITICO

McGinn, Noel *et al.* México, D.F., Fundación Javier Barros Sierra, A. C., 1983. 294 pp.

A obra de McGinn e equipe aborda um tema crucial com um enfoque pouco freqüente no campo do planejamento: a elaboração do orçamento da Secretaría de Educación Pública (SEP) de um país latino-americano, o México. Por contexto político os autores não se referem à ação dos partidos e seus representantes ou ao conflito entre correntes ideológicas mas, sim, aos processos políticos que ocorrem dentro dos órgãos governamentais. Isto já leva a uma interessante constatação: a luta interna por recursos não faz parte do processo político nacional e público não sendo, portanto, amplamente participativa.

Na primeira parte do trabalho os autores caracterizam a perspectiva racionalista, dominante na SEP, associada ao conceito clássico de burocracia. Eles mostram que, a longo prazo, tal perspectiva acentua a rigidez da organização e, portanto, a impede de responder adequadamente à realidade. Os autores contrapõem ao racionalismo a perspectiva situacionista — que admite a necessidade de recorrer, em certas ocasiões, ao uso da intuição e à possibilidade de aceitar como dados os valores, sentimentos e outros fatores que, por serem subjetivos, são eliminados pela ciência positivista. A perspectiva situacionista parte do pressuposto de que é difícil ter informação sólida sobre a futura relação entre uma ação e suas conseqüências. Assim, ela tende a enfatizar os fins que se tem em vista alcançar (em vez de processos), a solidariedade entre as ações e a situação ou contexto em que as ações ocorrem.

O trabalho, então, apresenta critérios que podem se aplicar às decisões sobre a distribuição de recursos educacionais. Verifica-se que falta informação sobre a equidade e não se satisfazem, sobretudo, os critérios de relevância e eficácia. Segue-se detalhada descrição da estrutura política da SEP, suas relações com outras organizações e o processo de elaboração do seu orçamento. Entre outras constatações, os autores destacam que, na realidade, a orçamentação não busca a realização de objetivos, mas o cumprimento de atividades. Os dados compilados para este propósito revelam isto; quase todos se referem aos insumos e raros focalizam o processo educativo e seus efeitos. Ademais, os dados fluem para os órgãos centrais da SEP, que ficam com uma sobrecarga de decisões. O sistema é altamente burocratizado e impõe planos uniformes para todo o país. Todavia, a intervenção de atores de

outros setores governamentais na tomada de decisões e na sua instrumentação dificulta o cumprimento destes planos.

A segunda seção do relatório oferece três alternativas: 1) reforçar a política de descentralização administrativa; 2) obter informações melhores e mais adequadas sobre a educação; 3) utilizar um planejamento situacionista. Esta última implica em adaptar o sistema de educação pública aos objetivos e fins dos vários grupos que compõem a sociedade, fazendo com que o planejamento e a administração reflitam seus valores e desejos. Para isto, a descentralização exerce um papel chave. Certas decisões afetam todo o país e devem ser reservadas à SEP, mas aquelas que só afetam a escola, seus professores, os alunos e suas famílias devem estar reservadas a estes atores.

As críticas que se vêm fazendo ao planejamento educacional se colocam numa linha que, ao longo do tempo, tem salientado mais os aspectos políticos do processo que os virtuosismos metodológicos, tão prezados nos anos 50 e 60. No entanto, o estudo em tela não se contenta em negar o planejamento, mas em buscar um novo conceito de planejamento educacional, mais identificado com o que ocorre na prática em casos bem sucedidos, na América Latina. Conforme fica patente em dois trabalhos apresentados no II Seminário do Programa Nacional de Estudos em Planejamento da Educação (Universidade Federal Fluminense, 1983), McGinn (1983) afirma que o planejamento educacional que tem fracassado na América Latina é o normativo. McGinn e Galetar (1983) criticam a perspectiva positivista deste tipo de planejamento e voltam-se para outras fontes teóricas, como a fenomenologia. Sua proposta — o planejamento situacional — encara a sociedade como um complexo de grupos com objetivos divergentes. O planejador deve considerar explicações de outros atores como parte da realidade a ser explicada e como determinantes do comportamento destes atores. Cabe ao planejador, misto de técnico e político, identificar o poder dos diversos grupos e entender que tipos de reações eles podem ter a uma inovação educacional. Sua função é maximizar a participação dos atores em cada nível do sistema, de modo a tornar o processo o mais democrático possível, e integrar perspectivas diversas dos grupos sociais.

Este destampar do frasco de perfume, que aqui fazemos, não permite, é claro, uma visão mais profunda da obra de McGinn e colaboradores. Aliás, sua proposta necessita de maior desenvolvimento, o que parece vir ocorrendo. Certas perguntas são inevitáveis: será possível reunir tantas qualidades políticas e técnicas na pessoa do planejador? Não haverá alto risco de uso da ciência como justificativa para decisões prévias, recaindo numa espécie de cinismo e relativismo? Os

autores parecem assumir que ciência e técnica são ideológicas e que sua "racionalização" faz parte de um projeto histórico-social. Parece haver o interesse de superar o desejo de manter a sociedade sob controle, desejo este detectado por Habermas (1971) em tecnocratas do planejamento capitalista e do socialismo burocrático. O salto, exige, contudo, maior reflexão sobre o papel da ciência no processo e, também, sobre o tipo de estruturas políticas em cujo âmbito o planejamento situacional poderia vicejar.

Por outro lado, a alternativa de descentralização para a SEP pode ter vieses típicos da sociedade norte-americana. É difícil (mas não impossível) imaginar aquele nível de descentralização e planejamento participativo numa administração pública que herdou forte tradição de centralismo da colonização ibérica, a exemplo de outros países latino-americanos. Entretanto, estes aspectos são secundários diante da necessidade de se atentar para a proposta de McGinn e seus colaboradores. Trata-se de trabalho sério a ser melhor conhecido. A atitude diante dele não será a de perscrutar os horizontes à espera do navio que trará as últimas novidades intelectuais. Não nos cabe refletir simetricamente a sucessão de tendências importadas no campo da educação, como se o Brasil fosse um espelho. Precisamos, porém, conhecer melhor a proposta que emerge e confrontá-la com o planejamento educacional que se pensa e se pratica aqui. Pode ocorrer que a proposta não se revele adequada, mas o seu estudo poderá ajudar-nos a descobrir melhores alternativas para a nossa realidade.

Candido Gomes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HABERMAS, Jürgen. *Toward a rational society; student protest, science, and politics*. Boston, Beacon, 1971.
- McGINN, Noel. *The alleged failure of educational planning in Latin America*. Trabalho apresentado no II Seminário do Programa Nacional de Estudos em Planejamento da Educação, UFF, Niterói, 1983.
- McGINN, Noel & GALETAR, L. P. *An introduction to strategic planning in education*. Trabalho apresentado no II Seminário do Programa Nacional de Estudos em Planejamento da Educação, UFF, Niterói, 1983.

PEDAGOGIA RADICAL: SUBSÍDIOS

Henry Giroux. Trad. Dagmar M. L. Zibas. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1983. 95 pp.

O acesso das crianças filhos da classe trabalhadora, particularmente operária, à escola elementar gratuita, no Brasil, não se fez acompanhar da melhoria das condições de trabalho, escolares e de ensino. A evasão e a repetência são um dos seus aspectos mais gritantes. A maioria dos estudantes-trabalhadores quando prosse-

guem seus estudos, o fazem nas faculdades isoladas privadas. Com raras exceções, a situação destas é comparável à da escola elementar. A cada semestre que passa a evasão escolar aumenta. Pode-se imputar às altas mensalidades. Este aspecto econômico é fundamental mas não é o único. A relação que mantêm com a cultura dominante expressa no saber escolar é um outro aspecto a ser levado em conta.

Esta relação, bem o sabemos, é determinada pela sua situação de classe. No caso das crianças do proletariado o seu saber, modo de vida e identidade são recalçados, quando não totalmente ausentes do currículo. Fatores estes que incidem em sua evasão e repetência. Quanto ao estudante-trabalhador universitário a maior parte de seu tempo está à disposição direta do capital, no trabalho. Realiza trabalhos que não lhe exige participação e/ou intervenção intelectual, mutilando-o em sua humanidade. Por outro lado, a sua relação com o saber sistemático, não só o escolar, é cada vez mais distante, sem nenhuma ligação com sua existência imediata e, na maioria das vezes, diz respeito à sua possibilidade pragmática. O saber acadêmico torna-se-lhe uma compulsão no processo de aprendizagem.

PEDAGOGIA RADICAL de H. Giroux coloca a necessidade para nós professores pensarmos e desenvolvermos uma ação pedagógica que parta do capital cultural das crianças do proletariado e do trabalhador-estudante no processo de alfabetização e de escolarização, bem como dessa situação social alienadora. A sua preocupação fundamental é que o façamos a partir de uma teoria crítica deste processo, que é a pedagogia radical. O livro em questão nos fornece os subsídios teórico-metodológicos, calcados na Teoria Crítica (Escola de Frankfurt) e no método de alfabetização de Paulo Freire e nos princípios subjacentes à sua pedagogia.

Por que A Teoria Crítica e Freire? Porque o legado da primeira informa a obra de Freire, no que concerne à concepção de História e o pensamento dialético articulados entre si.

Em Freire o processo de alfabetização não se reduz à aprendizagem de habilidades técnicas em si (escrever, ler, contar etc.) a serem aprofundadas na escolarização. Uma visão objetivista do conhecimento isento dos valores dominantes e fundada na ideologia positivista que informa o discurso teórico das teorias tradicionais da educação e onde a cultura transmitida na aprendizagem é uma entidade neutra, repositório herdado da humanidade. Tal concepção, presente numa ala da esquerda brasileira, redundava na idéia de exclusão do dominado da cultura, devendo a ela ter acesso. Com isso o dominado se integraria ao "ethos" civilizatório do mundo capitalista, não mais se sentindo "um cidadão de segunda categoria" visto que nessa condição adquiriu e participa de um bem social — a cultura.

Para Freire, segundo Giroux, não se trata de mera transmissão da cultura e sua apropriação pelos dominados. Ao contrário, o processo de alfabetização parte das culturas dos dominados com o objetivo de fazê-los recuperar e reafirmar o seu modo de vida e expressão, sua cotidianidade. Mas é o dominado *instruído* pelo conhecimento crítico (uma teoria crítica) no confron-